

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	17
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	40
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	461.139
Preferenciais	0
Total	461.139
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	1.546.074	1.392.275
1.01	Ativo Circulante	141.920	88.332
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	66.730	10.197
1.01.02	Aplicações Financeiras	58.665	59.549
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	58.665	59.549
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	58.665	59.549
1.01.03	Contas a Receber	13.631	16.431
1.01.03.01	Clientes	13.631	16.431
1.01.03.01.01	Clientes	13.631	16.431
1.01.06	Tributos a Recuperar	353	65
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	353	65
1.01.07	Despesas Antecipadas	993	781
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.548	1.309
1.01.08.03	Outros	1.548	1.309
1.01.08.03.01	Outros créditos	1.517	1.294
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	31	15
1.02	Ativo Não Circulante	1.404.154	1.303.943
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	25.436	24.192
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	25.436	24.192
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	25.436	24.192
1.02.03	Imobilizado	13.836	15.578
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	13.836	15.578
1.02.04	Intangível	1.364.882	1.264.173
1.02.04.01	Intangíveis	1.364.882	1.264.173

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	1.546.074	1.392.275
2.01	Passivo Circulante	220.199	168.855
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.015	3.469
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.015	3.469
2.01.02	Fornecedores	11.041	6.650
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	11.041	6.650
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.310	3.986
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.310	3.986
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	5.310	3.986
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	103.699	94.664
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	33.794	34.384
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	33.794	34.384
2.01.04.02	Debêntures	69.905	60.280
2.01.05	Outras Obrigações	80.570	47.991
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	65.738	38.193
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	57.566	37.403
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	8.172	790
2.01.05.02	Outros	14.832	9.798
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.942	7.101
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	374	380
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	516	2.317
2.01.06	Provisões	15.564	12.095
2.01.06.02	Outras Provisões	15.564	12.095
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	6.681	6.681
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	1.182	835
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	7.701	4.579
2.02	Passivo Não Circulante	779.118	724.976
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	609.666	564.490
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	123.699	147.932
2.02.01.02	Debêntures	485.967	416.558
2.02.01.02.01	Debêntures Públicas	384.003	416.558
2.02.01.02.02	Debêntures Privadas	101.964	0
2.02.02	Outras Obrigações	138.477	127.907
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	131.332	122.037
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	131.332	122.037
2.02.02.02	Outros	7.145	5.870
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	7.145	5.870
2.02.03	Tributos Diferidos	11.568	11.998
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.568	11.998
2.02.04	Provisões	19.407	20.581
2.02.04.02	Outras Provisões	19.407	20.581
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	17.474	18.346
2.02.04.02.06	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	1.933	2.235
2.03	Patrimônio Líquido	546.757	498.444
2.03.01	Capital Social Realizado	461.139	428.139
2.03.01.01	Subscrito	461.139	428.139

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.03.02	Reservas de Capital	475	447
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	475	447
2.03.04	Reservas de Lucros	69.858	69.858
2.03.04.01	Reserva Legal	5.416	5.416
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	0	7.908
2.03.04.10	Orçamento de capital	64.442	56.534
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	15.285	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	129.755	335.450	118.117	270.368
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-92.862	-233.672	-81.678	-168.126
3.03	Resultado Bruto	36.893	101.778	36.439	102.242
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-4.775	-14.275	-4.445	-15.457
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.774	-14.275	-4.445	-15.459
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	2
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1	0	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	32.118	87.503	31.994	86.785
3.06	Resultado Financeiro	-15.789	-56.156	-22.308	-79.680
3.06.01	Receitas Financeiras	6.036	12.253	3.365	10.643
3.06.02	Despesas Financeiras	-21.825	-68.409	-25.673	-90.323
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	16.329	31.347	9.686	7.105
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.678	-8.013	-3.319	-2.575
3.08.01	Corrente	-4.389	-8.443	-3.370	-3.410
3.08.02	Diferido	-289	430	51	835
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.651	23.334	6.367	4.530
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.651	23.334	6.367	4.530
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02546	0,05148	0,00710	0,01202

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	11.651	23.334	6.367	4.530
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.651	23.334	6.367	4.530

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	159.542	158.333
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	137.614	123.554
6.01.01.01	Lucro Líquido	23.334	4.530
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	39.956	25.513
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e do intangível	974	578
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária s/financiamentos, empréstimos e debêntures	52.255	75.280
6.01.01.05	Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-74	224
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	156	381
6.01.01.07	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-4.397	-5.138
6.01.01.08	Juros sobre contrato de mútuo	10.936	12.244
6.01.01.09	Plano de opção com base em ações	28	50
6.01.01.10	Tributos diferidos	-430	-835
6.01.01.11	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	4	-17
6.01.01.12	Levantamento dos depósitos judiciais	144	415
6.01.01.13	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-776	-1.562
6.01.01.14	Constituição de provisão para manutenção e construção de obras futuras	4.545	4.245
6.01.01.15	Atualização monetária sobre provisão para manutenção e construção de obras futuras	2.022	1.713
6.01.01.16	Capitalização de Juros	-2.714	-419
6.01.01.17	Obrigações com Poder Concedente	3.208	2.942
6.01.01.18	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	8.443	3.410
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	21.928	34.779
6.01.02.01	Clientes	2.796	2.094
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-212	-215
6.01.02.03	Tributos a recuperar	-288	2.333
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-612	-4.836
6.01.02.05	Outros créditos	-223	3
6.01.02.06	Fornecedores	4.391	19.343
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	546	491
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.324	1.031
6.01.02.09	Partes relacionadas	27.529	19.415
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-526	1.522
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-384	-46
6.01.02.12	Pagamento de Manutenção e Construção de obras	-4.317	-3.895
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-8.096	-2.461
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-137.183	-95.361
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-2.341	-2.347
6.02.02	Aquisição de intangível	-134.842	-93.014
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	34.174	-100.563
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	5.281	-2.170
6.03.02	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	97.492	0
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-45.267	-44.214

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.03.04	Pagamento de Obrigações com Poder Concedente	-3.214	-2.972
6.03.05	Aporte de capital	33.000	0
6.03.06	Partes relacionadas - Mútuo	-1.641	-1.836
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-1.208	0
6.03.08	Juros pagos	-50.269	-49.371
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	56.533	-37.591
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	10.197	52.661
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.730	15.070

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	428.139	447	69.858	0	0	498.444
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	428.139	447	69.858	0	0	498.444
5.04	Transações de Capital com os Sócios	33.000	28	0	-8.049	0	24.979
5.04.01	Aumentos de Capital	33.000	0	0	0	0	33.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	28	0	0	0	28
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.049	0	-8.049
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	23.334	0	23.334
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	23.334	0	23.334
5.07	Saldos Finais	461.139	475	69.858	15.285	0	546.757

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	350.000	34.384	66.233	-5.016	0	445.601
5.04	Transações de Capital com os Sócios	34.000	-33.950	0	0	0	50
5.04.01	Aumentos de Capital	34.000	-34.000	0	0	0	0
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	50	0	0	0	50
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	4.530	0	4.530
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	4.530	0	4.530
5.07	Saldos Finais	384.000	434	66.233	-486	0	450.181

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	355.636	287.280
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	203.932	186.047
7.01.02	Outras Receitas	9.914	10.087
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	141.790	91.146
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-190.010	-140.895
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-181.901	-128.975
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-8.109	-11.920
7.03	Valor Adicionado Bruto	165.626	146.385
7.04	Retenções	-41.695	-25.513
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-39.956	-25.513
7.04.02	Outras	-1.739	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	123.931	120.872
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.253	10.643
7.06.02	Receitas Financeiras	12.253	10.643
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	136.184	131.515
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	136.184	131.515
7.08.01	Pessoal	16.652	15.712
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.679	11.354
7.08.01.02	Benefícios	4.210	3.655
7.08.01.03	F.G.T.S.	763	703
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.460	19.487
7.08.02.01	Federais	15.818	9.734
7.08.02.03	Municipais	10.642	9.753
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	69.738	91.786
7.08.03.01	Juros	40.896	43.032
7.08.03.02	Aluguéis	1.329	1.467
7.08.03.03	Outras	27.513	47.287
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	23.334	4.530
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	8.049	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	15.285	4.530

Comentário do Desempenho

Ecopistas anuncia resultados do 3T17

Itaquaquecetuba, 09 de novembro de 2017 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas anuncia seus resultados referentes ao trimestre findo em 30 de setembro 2017 (3T17) e aos primeiros nove meses de 2017 (9M17). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016 (3T16) e aos primeiros nove meses de 2016 (9M16). Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- ✓ O volume de tráfego atingiu 20.983 mil veículos equivalentes pagantes no 3T17, com crescimento de 5,1% comparado ao 3T16.
- ✓ O EBITDA pró-forma totalizou R\$47,5 milhões no 3T17 (+13,3%) e R\$132,0 milhões no 9M17 (+13,3%). A margem EBITDA atingiu 71,1% no 3T17 (+4,4 p.p.) e 68,2% no 9M17 (+3,2 p.p.)
- ✓ A receita líquida atingiu R\$129,8 milhões no 3T17 (+9,9%) e R\$335,5 milhões no 9M17 (+24,1%).

Destques (em milhões de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Volume de tráfego ¹	20.983	19.966	5,1%	61.285	59.759	2,6%
Tarifa Média	3,42	3,28	4,2%	3,33	3,11	6,9%
Receita líquida	129,8	118,1	9,9%	335,5	270,4	24,1%
Lucro do período	11,7	6,4	83,0%	23,3	4,5	n.m.
EBITDA Pró-forma ²	47,5	41,9	13,3%	132,0	116,5	13,3%
Margem EBITDA Pró-forma ²	71,1%	66,7%	4,4 p.p.	68,2%	65,0%	3,2 p.p.
Capex	63,5	57,9	9,7%	144,3	99,7	44,6%

¹ Em milhares de veículos equivalentes pagantes.

² Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, com prazo de 30 anos e previsão para encerramento em 18 de junho de 2039.

A Ecopistas é responsável por uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

Comentário do Desempenho

ANÁLISE DO RESULTADO

VOLUME DE TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Leves	14.449	13.936	3,7%	42.477	42.217	0,6%
Pesados	6.534	6.031	8,4%	18.808	17.542	7,2%
Total	20.983	19.966	5,1%	61.285	59.759	2,6%

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 20.983 mil no 3T17 e 19.966 mil no 3T16, aumento de 5,1%.

- ✓ **Veículos Leves** – crescimento de 3,7% no 3T17 influenciado pelo aumento do fluxo de turistas e clima favorável.
- ✓ **Veículos Pesados** – crescimento de 8,4% no 3T17 devido a retomada de produção industrial na região.

TARIFA MÉDIA

Tarifa Média (em R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Ecopistas	3,42	3,28	4,2%	3,33	3,11	6,9%

A tarifa média por veículo equivalente pagante aumentou 4,2% no 3T17, devido, principalmente, a aplicação dos reajustes tarifário de 3,6% pelo IPCA em 01 de julho de 2017.

RECEITA BRUTA

A receita bruta totalizou R\$138 milhões no 3T17, aumento de 11,2%, sendo influenciada, principalmente, pelo crescimento nas receitas de pedágio e de construção.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Receitas de Pedágio	71,7	65,5	9,5%	203,9	186,0	9,6%
Receitas Acessórias	3,3	3,2	1,2%	9,9	10,1	-1,7%
Receita de Construção	63,0	55,3	13,9%	141,8	91,1	55,6%
Total	138,0	124,0	11,2%	355,6	287,3	23,8%

- ✓ **Receita de Pedágio** - crescimento de 9,5% no 3T17, resultante do aumento de tráfego pedagiado e reajuste contratual nas tarifas de pedágio.
- ✓ **Receita Acessória** - aumento de 1,2% no 3T17, proveniente do monitoramento de cargas especiais.
- ✓ **Receita de Construção** – aumento de 13,9% devido as obras do prolongamento da Carvalho Pinto.

Comentário do Desempenho

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas administrativas no 3T17 aumentaram 13,4% e totalizaram R\$97,6 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$19,3 milhões, um decréscimo de 7,8% em relação ao 3T16.

Custos operacionais e despesas administrativas						
(em milhões de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Pessoal	5,4	5,3	1,6%	16,7	15,7	6,0%
Conservação e manutenção	1,6	1,8	-10,7%	5,0	5,2	-2,4%
Serviços de terceiros	9,0	10,2	-11,8%	29,9	30,8	-2,9%
Seguros, poder concedente e locações	1,9	1,8	7,3%	5,7	5,7	-0,8%
Outros	1,3	1,7	-25,3%	4,4	5,3	-17,1%
Custos caixa	19,3	20,9	-7,8%	61,7	62,7	-1,6%
Depreciação e amortização	13,8	8,5	62,6%	40,0	25,5	56,6%
Provisão manutenção ICPC 01	1,6	1,4	9,6%	4,5	4,2	7,1%
Custo de construção de Obras ICPC 01	63,0	55,3	13,9%	141,8	91,1	55,6%
TOTAL	97,6	86,1	13,4%	247,9	183,6	35,1%

- ✓ **Conservação e manutenção:** R\$1,6 milhão no 3T17, redução de 10,7% nas despesas de manutenção.
- ✓ **Serviços de terceiros:** R\$9,0 milhões no 3T17, redução de 11,8%, referente revisão de preços dos serviços prestados pela empresa de Serviços a partir do 4T16.
- ✓ **Seguros, poder concedente e locações:** R\$1,9 milhão no 3T17, aumento de 7,3%, principalmente nas despesas de locações de veículos leves.
- ✓ **Outros:** R\$1,3 milhão no 3T17, redução de 25,3% devido à redução de custos de energia elétrica e contingências.
- ✓ **Depreciação e amortização:** R\$13,8 milhões no 3T17, 62,6% superior ao 3T16, devido maior base de ativos.
- ✓ **Provisão para manutenção:** R\$1,6 milhão no 3T17, 9,6% superior ao 3T16, devido a maiores provisões para manutenções futuras.

EBITDA

O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$47,5 milhões no 3T17, aumento 13,3% em relação ao 3T16. O EBTIDA totalizou R\$45,9 milhões no 3T17, aumento de 13,4% em relação ao 3T16.

A margem EBTIDA Pró-Forma atingiu 71,1% no 3T17, aumento de 4,4 p.p. em relação ao 3T16.

Comentário do Desempenho

EBITDA (em milhões de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Lucro líquido	11,7	6,4	83,0%	23,3	4,5	n.m.
Imposto de renda e contribuição social	4,7	3,3	40,9%	8,0	2,6	n.m.
Resultado Financeiro	15,8	22,3	-29,2%	56,2	79,7	-29,5%
Depreciação e amortização	13,8	8,5	62,6%	40,0	25,5	56,6%
EBITDA¹	45,9	40,5	13,4%	127,5	112,3	13,5%
Margem EBITDA¹	35,4%	34,3%	1,1 p.p.	38,0%	41,5%	-3,5 p.p.
Provisão para manutenção ²	1,6	1,4	9,6%	4,5	4,2	7,1%
EBITDA Pró-Forma³	47,5	41,9	13,3%	132,0	116,5	13,3%
Margem EBITDA Pró-Forma³	71,1%	66,7%	4,4 p.p.	68,2%	65,0%	3,2 p.p.

¹ Cálculo realizado de acordo com a instrução CVM 527/2012

² A provisão para manutenção é ajustada, pois se refere a estimativa de gastos futuros com manutenção periódica na rodovia.

³ Exclui receita e custo de construção e provisão de manutenção.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 3T17 foi negativo em R\$15,8 milhões, redução de 29,2% devido, principalmente, à redução da variação do IPCA (indexador das debêntures) quando comparado com o mesmo período do 3T16.

Resultado Financeiro (em milhares de R\$)	3T17	3T16	Var.	9M17	9M16	Var.
Juros sobre Debêntures	(11,2)	(10,1)	11,1%	(29,9)	(29,7)	0,7%
Variação Monetária sobre Debêntures, líquida	(0,6)	(5,3)	-88,7%	(8,6)	(27,4)	-68,6%
Amortização de custos sobre debêntures	(0,2)	(0,2)	32,9%	(1,0)	(0,9)	3,1%
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(6,6)	(8,4)	-20,9%	(21,9)	(25,5)	-14,3%
Variação Monetária sobre financiamentos, líquida	(0,3)	(0,9)	-63,7%	(1,8)	(3,9)	-54,1%
Receitas de Aplicações Financeiras	2,6	2,3	10,1%	6,6	8,5	-22,5%
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(0,7)	(0,6)	18,0%	(2,0)	(1,7)	18,0%
Capitalização de juros	1,3	-	n.m	2,7	-	n.m
Outros Efeitos Financeiros	0,0	0,8	-99,0%	(0,2)	1,1	-122,8%
TOTAL	(15,8)	(22,3)	-29,2%	(56,2)	(79,7)	-29,5%

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido totalizou R\$11,7 milhões no 3T17, crescimento de 83,0% em relação ao 3T16.

ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou setembro de 2017 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$125,4 milhões. O endividamento bruto da Companhia (composto por empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente) atingiu R\$713,7 milhões em 30 de setembro de 2017 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de obrigações com Poder Concedente), foi de R\$588,0 milhões, redução de 0,2% quando comparado com 31 de dezembro de 2016.

Comentário do Desempenho

Endividamento (em milhões de R\$)	30/09/2017	31/12/2016	Var.
Curto Prazo	103,7	94,7	9,5%
Empréstimos e Financiamentos	33,8	34,4	-1,7%
Debêntures	69,9	60,3	16,0%
Longo Prazo	609,7	564,5	8,0%
Empréstimos e Financiamentos	123,7	147,9	-16,4%
Debêntures	486,0	416,6	16,7%
Endividamento Financeiro Bruto¹	713,4	659,2	8,2%
Obrigações com Poder Concedente	0,4	0,4	-1,6%
Endividamento Bruto	713,7	659,5	8,2%
Caixa e equivalentes de caixa	125,4	69,7	79,8%
Dívida Líquida	588,3	589,8	-0,2%
Endividamento Financeiro Líquido¹	588,0	589,4	-0,2%

¹ Exclui obrigações com Poder Concedente

CAPEX

O Capex realizado pela Ecopistas totalizou R\$63,5 milhões no 3T17. Os principais investimentos realizados foram investimentos em pavimentação, conservação especial e aquisição de hardwares. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhares de R\$)	3T17			9M17		
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	Total
Ecopistas	61,2	2,3	63,5	139,9	4,4	144,3

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2017: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity". Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$126,3 mil. A Companhia não contratou os auditores independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 16.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2017 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 31 de outubro de 2017.

2. Base de elaboração, apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)" e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela CVM.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais, ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamento não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (doravante denominadas de "Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2016"), publicadas no dia 21 de fevereiro de 2017 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo e Diário de Notícias e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br e www.ecorodovias.com.br.

3. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.f às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016, não há impactos relevantes para a Companhia.

Notas Explicativas

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	4.783	4.304
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	59.141	2.018
Aplicações compromissadas (b)	-	2.914
Aplicações automáticas (c)	2.806	961
	<u>66.730</u>	<u>10.197</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido.

Em 30 de setembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 24,4% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 55,5% em Operações Compromissadas, 3,0% em Letra Financeira (LF), 17,1% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2016 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 30,3% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 60,8% em Operações Compromissadas, 3,9% em Letra Financeira (LF) e 5,0% em Títulos Públicos).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais. (100,7% em 31 de dezembro de 2016).

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas eram remuneradas à taxa de 90,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa de valor. A referida aplicação possuía liquidez imediata e por estarem vinculadas a aplicações compromissadas não geram custos de IOF e são realizadas quando há necessidade de utilização de recursos em prazos inferiores há 30 dias. Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não possui valores aplicados nesta modalidade.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis, mantendo esta modalidade com a taxa média de 2,0% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 14 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

5. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fundo de Investimentos (a)	58.665	57.589
Poupança (b)	-	1.960
	<u>58.665</u>	<u>59.549</u>
Circulante	58.665	59.549

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa média ponderada de 98,8% do CDI (97,8% em 31 de dezembro de 2016) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

Notas Explicativas

- (b) Referia-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 22 de maio de 2017, a Companhia realizou a transferência do saldo total conforme acordo realizado com a CETESB.

6. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Pedágio eletrônico	12.514	15.513
Receitas acessórias	648	466
Outras contas a receber	582	561
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (*)	(113)	(109)
	<u>13.631</u>	<u>16.431</u>

(*) refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a Constituição de PECLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	13.459	16.232
Vencidos:		
Até 30 dias	40	182
De 31 a 120 dias	132	17
Acima de 120 dias	113	109
	<u>13.744</u>	<u>16.540</u>

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Saldo inicial	109	87
Valores recuperados no período	(2)	(3)
Constituição de PECLD no período	6	20
Saldo final do período	<u>113</u>	<u>104</u>

Notas Explicativas

7. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente e no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Saldo no início do período	24.192	17.446
Adições	612	4.836
Baixas	(144)	(415)
Atualização monetária	776	1.562
Saldo no fim do período	<u>25.436</u>	<u>23.429</u>

Notas Explicativas

8. Imobilizado

	Custo				Depreciação				Residual	
	Saldos em		Saldos em		Saldos em		Saldos em		Saldos em	
	Taxas médias anuais de depreciação %	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	31/12/2015	30/09/2016	30/09/2016	31/12/2015	31/12/2016
		Adições	Transferências	Adições	Adições	Adições	Adições	Adições		
Hardware	11,4	49.886	507	4	50.397	(36.335)	(4.303)	(40.638)	9.759	13.551
Máquinas e equipamentos	11,6	960	661	-	1.621	(360)	(113)	(473)	1.148	600
Móveis e utensílios	10,0	1.571	57	(3)	1.625	(651)	(120)	(771)	854	920
Edificações	-	249	-	-	249	(51)	-	(51)	198	198
Instalações	9,5	5.143	867	(1)	6.009	(1.167)	(397)	(1.564)	4.445	3.976
Terrenos	18,8	-	255	-	255	-	(18)	(18)	237	-
Outros	-	470	-	(470)	-	-	-	-	-	470
		58.279	2.347	(470)	60.156	(38.564)	(4.951)	(43.515)	16.641	19.715

	Custo				Depreciação				Residual	
	Saldos em		Saldos em		Saldos em		Saldos em		Saldos em	
	Taxas médias de depreciação %	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	31/12/2016	30/09/2017	30/09/2017	31/12/2016	31/12/2017
		Adições	Transf.	Adições	Adições	Adições	Adições	Transf.		
Hardware	8,9	50.752	1.418	-	52.170	(41.876)	(3.460)	-	(45.336)	6.834
Máquinas e equipamentos	10,6	1.641	218	-	1.859	(517)	(140)	-	(657)	1.202
Móveis e utensílios	10,1	1.648	62	-	1.710	(812)	(127)	-	(939)	771
Edificações	-	249	9	-	258	(51)	(2)	-	(53)	205
Instalações	9,7	6.033	634	-	6.667	(1.713)	(463)	-	(2.176)	4.491
Veículos	-	255	-	165	420	(31)	(47)	(9)	(87)	333
		60.578	2.341	165	63.084	(45.000)	(4.239)	(9)	(49.248)	13.836
										15.578

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

Notas Explicativas

9. Intangível

	Custo				Amortização				Residual			
	Saldos em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 30/09/2016	Saldos em 31/12/2015	Adições	Saldos em 30/09/2016		31/12/2015		
Contratos de concessão	1.282.997	62.312	(571)	-	1.344.738	(126.825)	(20.450)	(147.275)	1.197.463	1.156.172		
Intangível em andamento	-	30.965	(7)	470	31.428	-	-	-	31.428	-		
Softwares de terceiros	1.508	156	-	-	1.664	(1.020)	(112)	(1.132)	532	488		
	<u>1.284.505</u>	<u>93.433</u>	<u>(578)</u>	<u>470</u>	<u>1.377.830</u>	<u>(127.845)</u>	<u>(20.562)</u>	<u>(148.407)</u>	<u>1.229.423</u>	<u>1.156.660</u>		
	Custo				Amortização				Residual			
Taxas médias anuais de amortização - %	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/09/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas		Transf.	Saldos em 30/09/2017	31/12/2016
(*)	1.376.939	40.907	(788)	(165)	1.416.893	(152.191)	(35.580)	7	9	(187.755)	1.229.138	1.224.748
(i)	38.880	96.368	(193)	-	135.055	-	-	-	-	135.055	38.880	38.880
**	1.717	281	-	-	1.998	(1.172)	(137)	-	-	(1.309)	689	545
	<u>1.417.536</u>	<u>137.556</u>	<u>(981)</u>	<u>(165)</u>	<u>1.553.946</u>	<u>(153.363)</u>	<u>(35.717)</u>	<u>7</u>	<u>9</u>	<u>(189.064)</u>	<u>1.364.882</u>	<u>1.264.173</u>

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média de amortização em 30 de setembro de 2017 é de 3,39% a.a. (2,07% a.a. em 30 de setembro de 2016).

(**) Os principais valores concentram-se no prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote II e III;

No período findo em 30 de setembro de 2017 foram capitalizados R\$2.714 de encargos financeiros (R\$419 em 30 de setembro de 2016). A taxa média de capitalização para o período findo em 30 de setembro de 2017 foi de 11,60% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 1,86% a.a. para o período findo em 30 de setembro de 2016.

(i) Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

10. Imposto de renda e contribuição social

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balço patrimonial			Resultado	
	31/12/2016	Adições	Baixas	30/09/2017	30/09/2017
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	760	204	(307)	657	(103)
Provisão para férias e encargos de diretores	168	54	(4)	218	50
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	2	-	(1)	1	(1)
Provisão para manutenção	10.164	852	(87)	10.929	765
Juros capitalizados	(267)	(898)	-	(1.165)	(898)
AVP ônus Concessão	2.008	-	(210)	1.798	(210)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT	(24.833)	-	827	(24.006)	827
IR e CS diferido - (passivo) (i)	(11.998)	212	218	(11.568)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					430

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$11.568 no passivo não circulante.

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	30/09/2017	31/12/2016
2017	346	1.410
2018	1.167	1.240
2019	1.160	1.035
2020	994	1.035
À partir de 2021	(15.235)	(16.718)
	(11.568)	(11.998)

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Notas Explicativas

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	30/09/2017	30/09/2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	31.347	7.105
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(10.658)	(2.416)
Juros sobre capital próprio	2.737	-
Despesas indedutíveis	(63)	(38)
Incentivos fiscais (PAT)	-	(139)
Gratificações a diretores	(46)	-
Outros	17	18
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(8.013)	(2.575)
Despesa do imposto de renda e contribuição social correntes	(8.443)	(3.410)
Despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos	430	835
Taxa efetiva	25,6%	36,2%

11. Empréstimos e financiamentos

Credor	Vencimento final	Taxa média de juros	30/09/2017	31/12/2016
Em moeda nacional:				
Finem – BNDES	Junho de 2025	TJLP + 2,45% a.a.	127.351	148.819
Finem – BNDES	Julho de 2025	IPCA + 2,45% a.a.	30.142	33.497
			157.493	182.316
Circulante			33.794	34.384
Não circulante			123.699	147.932

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	30/09/2017	30/09/2016
Saldo inicial	182.316	214.647
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	12.740	17.185
Pagamento principal	(25.914)	(25.495)
Pagamento de juros	(11.649)	(18.446)
Saldo final	157.493	187.891

Garantia

A Companhia cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

Índices financeiros exigidos

(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de setembro de 2017, conforme demonstrado abaixo.

Notas Explicativas

Índices financeiros	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	35,4%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,68
(iii) Dívida Líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,23

(*) Índice não revisado pelos auditores independentes.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2017	31/12/2016
2018	7.093	32.568
2019	33.063	32.739
2020	33.069	32.745
2021	22.131	21.898
Posteriores a 2021	28.343	27.982
	123.699	147.932

Os subcréditos da Companhia são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	60.042	114 mensais
b	85.528	85.528	44.479	114 mensais
c	-	-	-	0
d	27.999	27.999	11.052	114 mensais
e	21.769	21.769	5.442	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	2.078	114 mensais
k	29.846	22.438	4.134	114 mensais
l	9.169	9.169	1.834	10 anuais
Total	355.396	277.384	129.061	

12. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	30/09/2017	31/12/2016
Principal corrigido	539.643	460.190
Remuneração (juros)	23.220	22.090
Custos com emissão de debêntures (*)	(6.991)	(5.442)
	555.872	476.838
Circulante	69.905	60.280
Não circulante	485.967	416.558

Notas Explicativas

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Saldo inicial	476.838	474.041
Adições	97.492	-
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	39.515	58.095
Pagamento do principal	(19.353)	(18.719)
Pagamento de juros	(38.620)	(30.925)
Saldo final	<u>555.872</u>	<u>482.492</u>

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil milhões, com juros remuneratórios de 8,25% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

Os índices financeiros exigidos na escritura são: (i) Patrimônio Líquido / Passivo Total superior à 20%, (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20x e (iii) Dívida Líquida/EBTIDA ajustado dos últimos 12 meses inferior a 4,00x. Os índices devem ser calculados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras emissora.

Os índices medidos em 30 de setembro de 2017 foram: i) 35,4%, ii) 2,70x e iii) 3,95x (Índice não revisado pelos auditores independentes).

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/09/2017			31/12/2016		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	14.429	(629)	13.800	53.194	(1.334)	51.860
2019	71.275	(1.597)	69.678	69.926	(1.080)	68.846
2020	90.357	(1.341)	89.016	88.646	(885)	87.761
2021	117.351	(927)	116.424	115.129	(583)	114.546
2022	79.424	(268)	79.156	79.308	(151)	79.157
A partir de 2022	118.045	(152)	117.893	14.389	(1)	14.388
	490.881	(4.914)	485.967	420.592	(4.034)	416.558

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Custos com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25% a.a.	14,65% a.a.
2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25% a.a.	14,80% a.a.
3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25% a.a.	14,74% a.a.
4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25% a.a.	14,66% a.a.
Série única	14/07/17	100.000	(2.508)	97.492	105,5% CDI	8,54% a.a.
		470.000	(15.176)	454.824		

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

13. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas direta ou indiretamente ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços de consultoria.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's lenght basis*).

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2017, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo	Resultado		
		Circulante Clientes	Não circulante Intangível	Circulante e não Circulante	Receita	Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	57.566	-	14.148	7.343
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	131.332	-	-	10.936
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	2.219	-	-	-	-
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	8.409	9	-	-	-
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	9	-	-	-
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Outras partes relacionadas	7	-	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda.	Outras partes relacionadas	24	-	-	-	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia e obras (e)	Outras partes relacionadas	-	64.135	8.154	-	-	-
Total em 30 de setembro de 2017		31	74.763	197.070	-	14.148	18.279
Total em 31 de dezembro de 2016		15	14.748	160.230			
Total em 30 de setembro de 2016					-	13.491	21.807

- (a) A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia que detém de 100% da investida, presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$55.510, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano e o saldo em aberto de R\$57.566 em 30 de setembro de 2017 tem vencimento em até 45 dias e não está sujeito a encargos financeiros e não foi concedido garantia.
- (b) Em 8 de outubro de 2010, foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 30 de setembro de 2017, há um saldo em aberto de R\$131.332 (R\$122.037 em 31 de dezembro de 2016), atualizado por 100% do CDI, acrescido de 1,2% a.a. e com vencimento em 31 de março de 2025.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$46.067. O prazo para execução desses serviços foi setembro de 2017 e em 30 de setembro de 2017, há um saldo de serviços a realizar de R\$20.943. O saldo em aberto de R\$9, de serviços já incorridos, tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.
- (e) A CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, foi contratada para a execução obra do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificadamente os lotes 02 e 03. O valor do contrato é de R\$117.912. O prazo para execução dos serviços é 31 de março de 2018 e em 30 de setembro de 2017 há um saldo de serviços a realizar de R\$40.992. Os saldos em aberto a pagar R\$8.154 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Notas Explicativas

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento e pela direção e controle das atividades da Companhia.

Em 30 de setembro de 2017 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2017 em R\$1.376.

A remuneração dos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	625
Plano de opção com base em ações	28
Remun. baseada em ações (Phantom Stock Option/Restricted Stock)	149
Seguro de vida	1
Assistência saúde	66
Previdência privada	35
INSS (Sobre salários, plano de retenção e ILP (PSO +PRS))	157
	<u>1.061</u>

14. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 14,41% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/09/2016</u>
Constituição da provisão para manutenção	31.906	6.288	-	-	38.194
Efeito de valor presente sobre a constituição	(9.517)	(2.043)	-	-	(11.560)
Realização da manutenção	(6.553)	-	-	(3.895)	(10.448)
Ajuste a valor presente - realizações	4.116	-	1.713	-	5.829
	<u>19.952</u>	<u>4.245</u>	<u>1.713</u>	<u>(3.895)</u>	<u>22.015</u>
Circulante	1.439				1.125
Não circulante	18.513				20.890

Notas Explicativas

	31/12/2016	Adição	Efeito financeiro	Baixas	30/09/2017
Constituição da provisão para manutenção	40.290	6.060	-	-	46.350
Efeito de valor presente sobre a constituição	(12.042)	(1.515)	-	-	(13.557)
Realização da manutenção	(11.723)	-	-	(4.317)	(16.040)
Ajuste a valor presente - realizações	6.400	-	2.022	-	8.422
	22.925	4.545	2.022	(4.317)	25.175
Circulante	4.579				7.701
Não circulante	18.346				17.474

15. Provisão para construção de obras futuras

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 14,41% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2015	Efeito financeiro	30/09/2016
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	13.169
Realização da construção	(6.489)	-	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	3.971
	6.681	-	6.681
Circulante	6.681		6.681

	31/12/2016	Efeito financeiro	30/09/2017
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	13.169
Realização da construção	(6.489)	-	(6.489)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	3.971
	6.681	-	6.681
Circulante	6.681		6.681

Notas Explicativas

16. Obrigações com Poder Concedente

	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Parcelas variáveis	374	380

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação do pedágio.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2017</u>	<u>30/09/2016</u>
Saldo no início do período	380	360
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	3.208	2.942
Pagamentos	(3.214)	(2.972)
Saldo no fim do período	<u>374</u>	<u>330</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 30 de junho de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

	<u>Previsão de 2017 ao fim da concessão</u>	
	<u>30/09/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	63.593	66.274
Conservação especial (manutenção)	383.380	404.445
Equipamentos	223.277	220.238
	<u>670.250</u>	<u>690.957</u>

Em janeiro de 2017 foi publicado no Diário Oficial de São Paulo um indeferimento administrativo sobre desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas por parte da Artesp, cujo valor adicional é de R\$284 milhões, dos quais R\$ 169 milhões já realizados até 30 de setembro de 2017 e R\$ 115 milhões a serem realizados. A Companhia entende que o valor adicional de R\$284 milhões se caracteriza como objeto de reequilíbrio contratual. O direito ao reequilíbrio contratual é objeto de ação judicial já ajuizada pela Companhia.

Conforme contrato de concessão, a tarifa de pedágio é reajustada anualmente na data-base de 1º de julho, pelo IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

17. Provisão para perdas cíveis e trabalhistas

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>Cíveis (a)</u>	<u>Trabalhistas (b)</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2016	472	1.322	1.794
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	273	(49)	224
(-) Pagamentos	(44)	(2)	(46)
(+) Atualização monetária	285	96	381
Saldos em 30 de setembro de 2016	<u>986</u>	<u>1.367</u>	<u>2.353</u>

Notas Explicativas

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	1.031	1.204	2.235
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	148	(222)	(74)
(-) Pagamentos	(292)	(92)	(384)
(+) Atualização monetária	24	132	156
Saldos em 30 de setembro de 2017	911	1.022	1.933

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 30 de setembro de 2017 no montante de R\$4.443 (R\$2.404 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 30 de setembro de 2017 o montante de R\$8.402 (R\$3.587 em 31 de dezembro de 2016), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, não existem processos de natureza tributária, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

18. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2017 o capital social subscrito e integralizado é de R\$461.139, representado por 461.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$428.139 em 31 de dezembro de 2016 representado por 428.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em 12 de janeiro de 2017, a Companhia deliberou o aumento de capital no valor de R\$13.000, representado por 13.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 por ação, de modo que o capital social da Companhia passou a ser de 441.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 13 de abril de 2017, a Companhia deliberou o aumento de capital no valor de R\$20.000, representado por 20.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 por ação, de modo que o capital social da Companhia passou a ser de 461.139.176 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$510.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

Notas Explicativas

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 30 de setembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, o valor da reserva legal é de R\$5.416.

c) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de setembro 2017 é R\$64.442 (R\$56.534 em 31 de dezembro de 2016).

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O saldo a pagar em 30 de setembro de 2017 de R\$13.942 refere-se a: R\$7.101 juros sobre o capital próprio remanescentes de 2016 e R\$6.841 juros sobre o capital próprio do exercício de 2017.

19. Receita líquida

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	29.005	26.216	83.010	75.187
Pedágio por equipamento eletrônico	40.905	37.767	115.957	106.753
Vale-pedágio e outros	1.768	1.503	4.965	4.107
	71.678	65.486	203.932	186.047
Receita de construção	63.000	55.314	141.790	91.146
Receitas acessórias	3.283	3.244	9.914	10.087
Receita bruta	137.961	124.044	355.636	287.280
Deduções da receita bruta	(8.206)	(5.927)	(20.186)	(16.912)
Receita líquida	129.755	118.117	335.450	270.368

- Referem-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico.
- Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos, entre outros.
- Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre o faturamento. Segue tabela com as receitas tributáveis para análise adequada das deduções de receita.

Notas Explicativas

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
<u>Base de cálculo dos impostos</u>				
Receitas com arrecadação de pedágio	71.678	65.486	203.932	186.047
Receitas acessórias	3.283	3.244	9.914	10.087
	74.961	68.730	213.846	196.134
<u>Deduções</u>				
Cofins (3%)	(2.249)	(2.062)	(6.415)	(5.884)
PIS (0,65%)	(487)	(447)	(1.390)	(1.275)
ISS (de 2% a 5%)	(3.731)	(3.418)	(10.642)	(9.753)
Devoluções e abatimentos	(1.739)	-	(1.739)	-
	(8.206)	(5.927)	(20.186)	(16.912)

20. Custos e despesas operacionais - por natureza

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Pessoal	5.402	5.318	16.652	15.712
Conservação e manutenção	1.622	1.817	5.031	5.153
Serviços de terceiros (a)	9.001	10.208	29.865	30.753
Seguros	336	371	1.163	1.337
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 16)	1.125	1.031	3.208	2.942
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 14)	1.551	1.415	4.545	4.245
Custos com construção	63.000	55.314	141.790	91.146
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 8 e 9)	13.813	8.495	39.956	25.513
Locação de imóveis e máquinas	486	413	1.329	1.467
Outros custos e despesas operacionais	1.300	1.741	4.408	5.317
	97.636	86.123	247.947	183.585
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	92.862	81.678	233.672	168.126
Despesas gerais e administrativas	4.774	4.445	14.275	15.459
	97.636	86.123	247.947	183.585

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

Notas Explicativas

21. Resultado financeiro

	Três meses findo em		Nove meses findo em	
	30/09/2017	30/09/2016	30/09/2017	30/09/2016
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	2.574	2.338	6.586	8.493
Variação monetária sobre créditos fiscais	13	1.022	775	2.127
Variação monetária sobre debêntures	2.175	4	2.175	6
Capitalização de juros	1.272	-	2.714	-
Outras	2	1	3	17
	6.036	3.365	12.253	10.643
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(9.239)	(10.086)	(27.977)	(29.740)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(3.396)	(4.014)	(10.955)	(13.292)
Juros sobre debêntures privadas	(1.964)	-	(1.964)	-
Variação monetária sobre debêntures	(2.778)	(5.319)	(10.790)	(27.431)
Variação monetária sobre financiamentos	(344)	(948)	(1.785)	(3.893)
Amortização de custos das debêntures	(214)	(161)	(959)	(930)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(674)	(571)	(2.022)	(1.713)
Juros sobre contrato de mútuo	(3.209)	(4.338)	(10.936)	(12.244)
Outros	(7)	(236)	(1.021)	(1.080)
	(21.825)	(25.673)	(68.409)	(90.323)
Resultado financeiro, líquido	(15.789)	(22.308)	(56.156)	(79.680)

22. Lucro por ação

a) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	30/09/2017	30/09/2016
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	23.334	4.530
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	453.250	376.849
Lucro básico por ação das operações continuadas	0,05	0,01

b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora indireta Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A..

Notas Explicativas

23. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que suas controladas possam manter com suas atividades normalmente, bem como maximizar o retorno a todas as partes interessadas, ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Índices de endividamento

	30/09/2017	31/12/2016
Dívida (i)	713.739	659.534
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(125.395)	(69.746)
Dívida líquida	588.344	589.788
Patrimônio líquido (ii)	546.757	498.444
Índice de endividamento líquido	1,08	1,18

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 11, 12 e 16.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 99,4% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2017 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Mercado
Ativos:			
Caixa e bancos (i)	Empréstimos e recebíveis	4.783	4.783
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (i)	Empréstimos e recebíveis	120.612	120.612
Clientes (ii)	Empréstimos e recebíveis	13.631	13.631
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Outros passivos financeiros	11.041	11.041
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	157.493	157.493
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	555.872	555.572
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Outros passivos financeiros	374	374
Phantom Stock Option (iv)	Outros passivos financeiros	225	225

(i) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(ii) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(iii) Os empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com poder concedente aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iv) O valor do Phantom Stock Option está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido às variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre da possibilidade de sofrerem redução de ganhos ou aumento das perdas por consequência de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

c) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

Afim de mitigar os riscos de crédito a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de setembro de 2017, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$11.104 (R\$14.364 em 31 de dezembro de 2016), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	38.149	35.713	33.378	47.088
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	7.156	6.757	6.375	19.480
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	106.935	99.534	115.167	283.586
Debêntures	105,0% CDI	10.587	9.431	10.278	162.395

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Notas Explicativas

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras (a)	Baixa de CDI	3.309	2.482	1.655
Debêntures (b)	Alta do CDI	(9.383)	(11.232)	(13.082)
Debêntures (c)	Alta do IPCA	(56.663)	(57.336)	(58.011)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do IPCA	(2.560)	(3.201)	(3.841)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta da TJLP	(9.524)	(11.905)	(14.286)
Juros a incorrer, líquidos		(74.821)	(81.192)	(87.565)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	7,00%	5,25%	3,50%
CDI (b)	7,00%	8,75%	10,50%
IPCA (c)	3,97%	4,96%	5,96%
TJLP (d)	7,00%	8,75%	10,50%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos

Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 31 de outubro de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP034519/O-6

Luiz C. Passetti

Contador CRC-1SP144343/O-3